



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

Pregão Eletrônico n. 9/2026 - CIA 0074212-38.2025.8.11.0000

Assunto: Edital de licitação que tem por objeto a aquisição de Bloqueadores de Gravação de Áudio digital e analógico utilizados pela Assessoria Militar de Informações e Operações (AMIO) da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (CMil/TJMT), para atender as demandas da Alta Administração do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Vistos etc.

Trata-se do Pregão Eletrônico n. 9/2026, tendo por objeto a aquisição de Bloqueadores de Gravação de Áudio digital e analógico utilizados pela Assessoria Militar de Informações e Operações (AMIO) da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (CMil/TJMT), para atender as demandas da Alta Administração do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

A Presidência considerou a demanda oportuna e conveniente em 12/01/2026 (andamento n. 33 do expediente vinculado), reconhecendo que a utilização de bloqueadores de gravação de áudio constitui medida essencial para mitigar riscos de interceptações indevidas, espionagem e vazamento de informações, sobretudo em reuniões e atos da Alta Administração, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 435/2021.

Por consequência, o Departamento Administrativo instruiu os autos com a planilha de despesas (andamento n. 9), no valor de R\$ 706.666,67 (setecentos e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), bem como a minuta de edital elaborada em observância do modelo padrão disponibilizado pela Advocacia-Geral da União (andamento n. 30), entre outros documentos.

Em seguida, a Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação reconheceu a adequação da modalidade licitatória e a regularidade formal dos





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

autos, mas apresentou apontamentos e recomendações de ajuste antes da publicação do certame, a fim de garantir a legalidade, a competitividade e a vantajosidade da contratação. Confira-se:

“III.1 - Do Termo de Referência (Anexo I)

a) Recomenda-se a exclusão do item 11.12.9 do Termo de Referência, que reproduz a seguinte redação: “O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.”.

A exclusão se justifica pelo fato de que não serão aplicadas as disposições da Lei Complementar n. 123/2006 neste certame, conforme manifestação da área demandante e análise já enfrentada por esta Assessoria no item II.2 deste parecer, que tratou do Tratamento Favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Reitera-se, ademais, a necessidade de refletir essa exclusão em todos os demais dispositivos do Termo de Referência, Edital e minuta da Ata que façam menção aos benefícios ou disposições contidas na referida Lei Complementar, de modo a assegurar coerência normativa e transparência ao procedimento.

b) Indica-se a necessidade de exclusão do item 18 do Termo de Referência, considerando que a presente contratação não será realizada sob a sistemática de registro de preços. A manutenção de cláusulas relativas a SRP em instrumento voltado a contratação avulsa pode gerar dúvidas interpretativas quanto ao regime jurídico aplicável, razão pela qual se mostra juridicamente mais adequado suprimir o referido item, adequando o TR à efetiva modelagem da





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

contratação.

III. 2 – Da Minuta de Edital

Procedendo-se à análise da minuta do Edital encartada ao andamento 30, constatarem-se pontos específicos que demandam ajustes redacionais e de coerência técnica, com o propósito de harmonizar o instrumento convocatório com o Termo de Referência, a legislação aplicável e as diretrizes delineadas pela área demandante.

a) O item 5.17.1 da minuta do Edital, que atualmente dispõe que: “Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte (...)”, deve ser excluído, uma vez que, conforme já amplamente fundamentado no item II.2 deste parecer, não será adotado o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006 no presente certame.

Deve ser igualmente suprimido o item 5.17.4 da referida Minuta, que estabelece: “No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte (...)”.

b) Recomenda-se a adequação dos itens 3.3, 6.4 e 6.5 da minuta do Edital, de modo a suprimir referências ao tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 e a exigência de declarações vinculadas a esse regime, em atenção à decisão administrativa de não aplicação do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame, já fundamentada no Termo de Referência n. 12/2025-CMTJMT e no item II.2 deste parecer.

c) Em decorrência da não aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, recomenda-se, ainda, a revisão dos anexos da minuta do Edital, notadamente do Anexo VII –





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

Modelo de Declaração de não enquadramento no art. 3º, §4º, da Lei Complementar n. 123/2006, a fim de suprimir ou ajustar sua redação, de modo a afastar qualquer remissão residual ao regime da referida Lei Complementar.

d) O item 2.5 da minuta do Edital, que dispõe: “Poderão participar pessoas físicas, em observância à IN 116/2021-SEGES”, deve ser ajustado para refletir a vedação expressa à participação de pessoas físicas, de modo a manter a coerência com o item 11.11 do Termo de Referência, que estabelece de forma clara: “(...) será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física. Para contratação em tela, portanto, não será permitida a participação de Pessoas Físicas.” (Parecer n. 49/2026/ATJL - andamento n. 35).

Dada à pertinência das considerações acima, este Presidente determinou que os setores responsáveis levassem a efeito as ressalvas feitas pela assessoria jurídica ou, subsidiariamente, trouxesse justificativas técnicas para manutenção da atual redação, sem que isto implique em riscos à Administração.

Em cumprimento à deliberação Presidencial, a Assessoria Militar para Planejamento em Aquisições juntou o Termo de Referência atualizado, contemplando as sugestões de melhoria apresentadas pela assessoria jurídica, no andamento n. 44.

Por fim, no andamento n. 49, o Gerente Setorial de Licitações informou que a minuta do edital foi alterada, em conformidade com o parecer jurídico e última versão do Termo de Referência.

É o essencial.





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

Decido.

O artigo 29, da Lei n. 14.133/2021 estabeleceu que o pregão é a via adequada para a aquisição de bem ou contratação de serviço cujo objeto possua padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Confira-se:

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei”.

Na espécie, verifica-se que o objeto da licitação se enquadra na hipótese legal que permite a realização do pregão na sua forma eletrônica.

Destaque-se, ademais, que foram esgotadas as fontes ordinárias de pesquisa de preços e as recomendações formuladas pela Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação foram acolhidas em sua totalidade.

Portanto, nos termos da Lei de Licitações, **APROVO** a última versão do Termo de Referência e o edital do Pregão Eletrônico n. 9/2026.

À Coordenadoria Administrativa para adoção das providências pertinentes.

Cumpra-se.

Cuiabá, data conforme registro no sistema eletrônico.





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

Assinado digitalmente

Desembargador **JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA**
Presidente do Tribunal de Justiça





Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi assinado eletronicamente, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, utilize o endereço abaixo.

<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:1ACD0000-0AA4-0A58-AD0C-08DEC8D242CA>

Código verificador - AD:1ACD0000-0AA4-0A58-AD0C-08DEC8D242CA

